



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



A DEFESA DO DIREITO À ESCOLA E OS ADOLESCENTES EM TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

José Heleno Ferreira¹

Max Myller Cardoso Lima²

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Programa Institucional de Extensão Direitos das Crianças e Adolescentes

RESUMO: O projeto de extensão “Adolescentes em Tratamento de Dependência Química e o Processo de Escolarização” foi desenvolvido na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, com apoio do Programa de Extensão (PAEX), durante o ano de 2015. O objetivo central do trabalho foi garantir aos adolescentes internados voluntariamente para o tratamento de dependência química o direito à escola, organizando grupos de estudantes dos cursos de licenciatura que trabalharam com os sujeitos em questão as atividades escolares, em parceria com uma unidade escolar do Sistema Municipal de Ensino na qual os mesmos oficialmente matriculados (embora não pudessem frequentá-la). Paralelamente, buscou-se discutir com os órgãos públicos a garantia do direito de escolarização e instaurar, no espaço universitário, o debate em torno dos processos de ensino e aprendizagem e a dependência química. O acompanhamento dos adolescentes foi realizado com sucesso, o debate em torno do tema está instaurado no espaço universitário. A continuidade do trabalho, mais uma vez com o apoio do Programa de Extensão da UEMG, faz-se necessário uma vez que ainda não foi conquistada, junto aos órgãos gestores da educação pública, a garantia de atendimento aos adolescentes.

¹ Professor UEMG – Unidade Divinópolis, pesquisador do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho.

² Jornalista. Técnico administrativo UEMG – Unidade de Divinópolis

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

PALAVRAS-CHAVE: adolescentes em tratamento de dependência química; direito à escolarização; ensino-aprendizagem.

1. Introdução

O município de Divinópolis, de acordo com os dados do Censo de 2010, possui 213.016 habitantes. Desse total, 40,8% não possuem o ensino fundamental completo (inclusos, nesse percentual, os analfabetos). Apenas 49,11% dos jovens de 18 a 20 anos possuem o ensino médio completo. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, apenas 68,60% concluíram o ensino fundamental³.

Embora o município, assim como todo o País, tenha universalizado a oferta do ensino fundamental, não há dados confiáveis acerca da evasão escolar (em torno de 1,49% no final do ensino fundamental). A inexistência de um levantamento socioeconômico da realidade dos adolescentes, bem como a ausência de políticas públicas de acompanhamento dos alunos evadidos não permitem afirmar com segurança dados acerca da realidade desses meninos e meninas. Essa situação foi problematizada pelo Fórum Municipal de Educação de Divinópolis e expressa do Plano Decenal Municipal de Educação 2015-2024, com o apontamento de metas a serem alcançadas no enfrentamento desse problema.

No Brasil, o contato com as drogas começa cedo. O II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) estima que 45% dos usuários de cocaína e crack experimentaram alguma dessas drogas antes dos 18 anos. No caso da maconha, o número chega a 62%. O estudo, realizado em 2012 pelo Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas, indica que 3% dos adolescentes brasileiros já usaram crack ou cocaína e 4% da população nessa faixa etária já experimentaram maconha alguma vez na vida.

³ Os dados estatísticos apresentados neste trabalho foram colhidos no site www.atlasbrasil.org.br, publicação sob responsabilidade do PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro. Acesso em 09.05.15.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Outro fator que contribui para aproximar os jovens em idade escolar das drogas é o fácil acesso. Uma pesquisa do QEDU: Aprendizado em Foco, divulgada em fevereiro de 2013⁴, revela que mais de um terço das escolas públicas brasileiras apresenta tráfico de

drogas nos arredores. Uma das consequências desse cenário, apontadas por especialistas que participaram do estudo, é a evasão escolar.

Diante da precariedade das políticas públicas no enfrentamento desse problema, as comunidades terapêuticas, grande parte delas ligadas a grupos religiosos (católicos ou evangélicos), têm se revelado, em diversos municípios brasileiros, alternativas para o tratamento da dependência química para adolescentes. Em Divinópolis, o Projeto Talita Cumi acolhe adolescentes com idade entre 12 e 18 anos incompletos, de ambos os sexos, em duas unidades, num período de nove a doze meses, de forma voluntária, por demanda espontânea. A Comunidade Terapêutica possui uma abordagem ampla de tratamento intensivo através dos serviços de atenção em regime residencial de caráter transitório para uso e abuso de substâncias psicoativas⁵.

Os adolescentes acolhidos, na sua quase totalidade, evadiram da escola antes de completar o ensino fundamental ou o ensino médio e, quase sempre, não possuem mais uma estrutura familiar. Aqueles que não evadiram, frequentam o espaço escolar de maneira irregular, caracterizando-se como frágil o vínculo entre os mesmos e a escola. Um dos desafios a ser enfrentado é a reinserção desses adolescentes no processo de escolarização. Para isso, as comunidades terapêuticas, através de acordo firmado com a Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis, matriculam os adolescentes na E. M. Dona Maria Rosa (considerando o critério de proximidade geográfica). Essa instituição escolar encaminha para as comunidades terapêuticas as atividades escolares e avaliações que deverão ser realizadas pelos adolescentes para que possam acompanhar o processo de escolarização durante o ano letivo e, após o fim do período de internamento, retomarem

⁴ www.vedu.edu.br, acesso em 09.05.15.

⁵ As informações acerca da Comunidade Terapêutica presentes neste projeto foram repassadas pela coordenadora do Projeto Talita Cumi, Janaína Nunes, e podem ser verificadas através do sítio www.mariadenazare.com.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

seus estudos. Para o acompanhamento dessas atividades, as comunidades terapêuticas contam com voluntários.

O projeto de extensão “Adolescentes em tratamento de dependência química e o processo de escolarização”, desenvolvido na UEMG – Unidade Divinópolis, com o apoio do PAEX, teve como objetivo acompanhar o processo de escolarização dos adolescentes acolhidos no Projeto Talita Cumi, em parceria com a Escola Municipal Dona Maria Rosa. Para isso, foram organizados grupos de estudos entre os alunos dos cursos de licenciatura acerca da situação dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e os processos de escolarização. Dessa forma, buscou-se inserir a comunidade acadêmica no debate a respeito da situação dos jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e contribuir com o processo de discussão entre as comunidades terapêuticas e os órgãos gestores da educação pública municipal e estadual buscando garantir a presença de profissionais da educação nesses espaços de acolhimento de jovens e adolescentes.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) todos os adolescentes têm direito à escolarização e a dependência química não altera essa realidade. Nesse sentido, é preciso garantir ao adolescente envolvido nesse processo a possibilidade de dar continuidade aos seus estudos ou, o mais comum, a reinserção no espaço escolar. Para um dependente químico, estar dentro da escola é mais do que aprender português, matemática ou geografia – é voltar à rotina de estudos e ser reinserido no contexto escolar que, em grande parte dos casos, há muito foi abandonado. Especialmente para esse público, é essencial que o ensino seja palpável, e que os educadores e educadoras busquem a aproximação entre o conteúdo e a realidade do aluno. Além disso, há que se compreender o processo educacional como algo mais amplo que o processo de escolarização.

O Ministério da Educação não possui uma determinação específica para a internação por dependência de drogas. Determina, contudo, que a articulação para que isso ocorra, nesses casos específicos, ficaria a cargo das secretarias municipais e estaduais de educação, que atenderiam à demanda dos centros de internação. A iniciativa do Projeto Talita Cumi ao estabelecer uma parceria com a Escola Municipal Dona Maria Rosa insere-se neste contexto.

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



O trabalho extensionista, vinculado ao Programa Institucional de Extensão Direitos das Crianças e Adolescentes, da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, envolveu um grande número de professores(as), estudantes da UEMG, além de profissionais ligados à educação pública e aos conselhos de política pública do município. A equipe de coordenação do projeto de extensão “Adolescentes em tratamento de dependência química e o processo de escolarização” foi composta pelo professor José Heleno Ferreira (UEMG Divinópolis), com a participação de Lenir Rosa André (professora UEMG Divinópolis), Max Myller Cardoso Lima (analista técnico UEMG Divinópolis), Janaína Nunes (coordenadora das Chácaras João Paulo II – Divinópolis) e as alunas Angelina Gomes da Silva e Maria Luísa Batista Moreira, graduandas, respectivamente, em Pedagogia e História pela UEMG Unidade Divinópolis. O trabalho foi desenvolvido entre os meses de junho e dezembro de 2015, envolvendo diversos alunos dos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química, bem como profissionais dos cursos de Pedagogia e Psicologia. Além dos adolescentes internados para tratamento de dependência química, alvos da ação extensionista, foram envolvidos também os conselhos de políticas públicas (Conselho Municipal de Educação e Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) e profissionais da educação da Escola Municipal Dona Maria Rosa e técnicos da Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis e Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis. As ações extensionistas tiveram, pois, estreito vínculo com os processos de ensino e com a pesquisa, necessária para se discutir a metodologia para o trabalho com os adolescentes em tratamento de dependência química.

Salientando a necessidade de romper com o processo de criminalização da juventude, como afirma Oliveira Júnior (2008), e encontrar alternativas que sustentem a condição de sujeitos de direitos dos adolescentes em tratamento de dependência química, alunos e alunas dos cursos e licenciatura da UEMG – Unidade Divinópolis organizaram-se em grupos de estudos sobre a educação e a dependência química. Concomitantemente, as atividades escolares encaminhadas pela Escola Municipal Dona Maria Rosa foram estudadas, buscando alternativas pedagógicas para trabalhar as mesmas com os adolescentes em recuperação. Foram tomadas, como principais referências teóricas, a obra

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Parceria



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

de Paulo Freire, mais especificamente os princípios defendidos pelo educador brasileiro em “Educação como prática de liberdade” (1983) e “Pedagogia do Oprimido” (2003), e os estudos de Walter Ude (2007) sobre juventude, violência e masculinidade e, no campo metodológico, os trabalhos de Augusto Boal (2004) sobre o teatro do fórum.

Os alunos e alunas extensionistas foram orientados(as) no sentido de registrar e problematizar os processos de acompanhamento pedagógico, possibilitando, ao final do período, avaliar as dificuldades encontradas pelos adolescentes e pelos(as) alunos(as) extensionistas, bem como os avanços conquistados. Foram realizadas, ainda, reuniões com os órgãos gestores da educação pública (municipal e estadual) com o objetivo de apresentar os resultados do trabalho em desenvolvimento e discutir a necessidade de o poder público assumir o processo de escolarização dos adolescentes em tratamento de dependência química.

A partir do início dos trabalhos extensionistas, foram realizados seminários envolvendo professores(as) dos cursos de Pedagogia e Psicologia (UEMG – Unidade Divinópolis) buscando contribuir com o processo de formação dos(as) alunos(as) extensionistas e dos(as) funcionários(as) e voluntários(as) que trabalham nas comunidades terapêuticas. As atividades desenvolvidas com os adolescentes apontaram para a necessidade de desenvolver uma metodologia específica para trabalhar com este público os processos de escolarização, bem como a formação humana, numa acepção mais ampla.

1.1 Objetivos

Buscou-se, com o desenvolvimento deste trabalho de extensão, garantir aos adolescentes em processo de tratamento de dependência química a possibilidade de reinserção nos processos de escolarização, bem como a possibilidade de acompanharem o ano letivo numa unidade escolar da rede municipal de ensino de Divinópolis MG. Noutra esfera, buscava-se também avançar no debate com o poder público, buscando a garantia dos processos de escolarização dos adolescentes em tratamento de dependência química, o que exige a manutenção de profissionais da educação nas Comunidades Terapêuticas.

O projeto em questão apresentou como objetivo geral o acompanhamento do processo de escolarização dos adolescentes acolhidos no Projeto Talita Cumi (Chácaras

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

João Paulo II), em parceria com a Escola Municipal Dona Maria Rosa. Além disso, propunha-se a organização de grupos de estudos entre os alunos dos cursos de licenciatura da UEMG – Unidade Divinópolis acerca da situação dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e os processos de escolarização e também contribuir com o processo de discussão entre as comunidades terapêuticas e os órgãos gestores da educação pública municipal e estadual buscando garantir a presença de profissionais da educação nesses espaços de acolhimento de jovens e adolescentes.

2. Desenvolvimento

2.1 as ações extensionistas

De acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), todos têm direito à educação. Embora muito tenhamos avançado quanto à garantia desse direito, a situação dos adolescentes em tratamento de dependência química, internados voluntariamente ou não, é uma demonstração flagrante de que o acesso à educação básica ainda não é oferecido a todos e todas. Se os adolescentes não podem sair dos espaços de internação para frequentar a sala de aula e se nesses espaços não há profissionais da educação ou qualquer outra organização escolar, os mesmos encontram-se, pois, excluídos dos processos de escolarização.

Essa é a situação dos adolescentes internados nas comunidades terapêuticas do Projeto Talita Cumi (Chácaras João Paulo II), em Divinópolis. São adolescentes de diversas regiões do estado de Minas Gerais, todos oriundos das classes populares, que buscaram a internação como alternativa para enfrentar o problema da dependência química.⁶ A exclusão do espaço escolar representava mais uma barreira a ser enfrentada por esses adolescentes.

⁶ A dependência química em si e a forma como atuam as comunidades terapêuticas que recebem adolescentes e ou jovens para internação são questões polêmicas. Porém, este tema não foi objeto de discussão deste Projeto de Extensão.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Buscando enfrentar esse desafio, o projeto de extensão “Adolescentes em Tratamento de Dependência Química o Processo de Escolarização” conseguiu garantir a matrícula desses adolescentes numa escola pública da rede municipal de ensino de Divinópolis. Foi acordado, ainda, com a direção pedagógica da escola e os profissionais da educação, que semanalmente, os adolescentes receberiam as atividades escolares a serem desenvolvidas, devendo ser avaliados ao final do período letivo.

Garantia-se, assim, o direito à escolarização, mas não o direito à aprendizagem, uma vez que os adolescentes não tinham condições de acompanhar as atividades didático-pedagógicas, seja devido às defasagens relacionadas ao conhecimento escolar que carregam consigo, seja devido à descontextualização das mesmas em relação à realizada vivenciada pelos meninos e meninas internados nas comunidades terapêuticas. Embora este tenha sido um passo importante, fazia-se necessário acompanhar os adolescentes no desenvolvimento dessas atividades. Para isso, foram organizados os grupos de estudantes dos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química que atuaram voluntariamente, atendendo os adolescentes uma vez por semana. Coube à coordenação do projeto e às alunas bolsistas, a orientação aos alunos voluntários.

A defasagem quanto ao conhecimento escolar foi um dos problemas encontrados no acompanhamento pedagógico dos adolescentes. Além disso, as atividades encaminhadas pela unidade escolar eram elaboradas para os estudantes que frequentavam cotidianamente a sala de aula e estavam envolvidos com o processo de discussão que ali ocorria. Para os adolescentes das Chácaras João Paulo II, na maioria das vezes, essas atividades apresentavam-se descontextualizadas. Muito rapidamente, percebeu-se que a simples realização das tarefas escolares muito pouco contribuiria com os adolescentes.

Optou-se, então, pelo paradigma da educação integral⁷ e pela realização de atividades que considerassem o ponto de partida de cada um dos adolescentes. Nesse sentido, foram realizadas oficinas diversas (literatura, pintura etc.), nas quais buscou-se

⁷ O termo Educação Integral aqui utilizado considera a necessidade de educar o ser humano para a autonomia, para a liberdade, para o desenvolvimento ético e estético, além do desenvolvimento de competências e habilidades.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

trabalhar a formação dos adolescentes para a autonomia. Entre essas atividades, realizou-se uma oficina de educação patrimonial, na qual os adolescentes (oriundos de diversas cidades do estado de Minas Gerais) tiveram a oportunidade de conhecer o centro histórico do município de Divinópolis. Contando com a contribuição de profissionais e estudantes do curso de Pedagogia, foram realizadas também uma série de atividades psicopedagógicas, tendo como princípio a importância de que cada um e cada uma reconhecesse sua própria história e se percebesse como sujeito diante da mesma.

Paralelamente, foram realizadas diversas reuniões com a Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis e a Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis com o objetivo de discutir a garantia do direito à escolarização para os adolescentes em tratamento de dependência química. Esse debate, ainda inconcluso, aponta para a necessidade da continuidade do trabalho. Buscou-se também discutir a questão com a Secretaria de Estado da Educação, mas, até o momento, não houve retorno à demanda apresentada pela coordenação do projeto de extensão.

Com o objetivo de subsidiar o trabalho realizado pelos estudantes extensionistas, em setembro de 2015, realizou-se o I Seminário “Adolescentes em Tratamento de Dependência Química e os Processos de Ensino-aprendizagem”. Professores(as) dos cursos de Pedagogia e Psicologia da UEMG Unidade Divinópolis compuseram uma mesa de debate sobre os processos de ensino e aprendizagem com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e, mais especificamente, em tratamento de dependência química. O seminário contou com a participação de representantes dos conselhos municipais de políticas públicas, além de representantes da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis.

Ao final do ano letivo, os adolescentes matriculados na unidade escolar, deveriam ser “aprovados” ou “reprovados”, conforme as regras do Sistema Municipal de Educação de Divinópolis. Tratava-se de uma situação complexa, uma vez que os profissionais que iriam registrar a avaliação (*e a nota*) dos adolescentes e também definir pela aprovação ou reprovação dos mesmos, sequer conheciam os meninos e meninas. Instaurou-se, então, um processo de discussão envolvendo profissionais e estudantes envolvidos com o projeto de extensão e os docentes da E. M. Dona Maria Rosa. Assim, nos meses de novembro e

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Parceria



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

dezembro, estudantes e professores extensionistas participaram de reuniões com os professores da Escola Municipal Dona Maria Rosa com o objetivo de discutir a necessidade de reconhecer a especificidade da realidade vivenciada pelos adolescentes nos processos avaliativos. Embora resistentes inicialmente, os docentes da E. M. Dona Maria Rosa assumiram as avaliações feitas pelos estudantes e professores extensionistas.

No dia 13 de dezembro, encerrando as atividades do projeto de extensão, reuniram-se, na Chácara João Paulo II, os adolescentes, seus familiares e professores(as) e alunos(as) que participaram do projeto de extensão para um almoço no qual foram apresentados os trabalhos realizados pelos adolescentes ao longo do ano.

3. Considerações finais

Crianças e adolescentes são sujeitos de direito. Esta é uma conquista da sociedade brasileira, expressa de forma inequívoca no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). No entanto, para além dos avanços no campo da legislação, faz-se necessário um trabalho contínuo buscando a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. Esse é um processo dialético, marcado por um jogo de luzes e sombras, de avanços e retrocessos. Trata-se, na verdade, da luta pela construção de consensos em torno dos direitos que todos e todas têm por serem humanos, independentemente de quaisquer condições, de etnias, credos religiosos, orientações sexuais, gênero e posições políticas. Se tomamos como parâmetro o período de redemocratização da sociedade brasileira, podemos afirmar que muitos foram os avanços conquistados nos últimos 30 anos. No entanto, o processo dialético marcado pelas lutas entre diferentes interesses políticos, faz com que o momento histórico atual seja marcado por avanços de pautas conservadoras e retrógradas, entre elas o fortalecimento do xenofobismo, da homofobia e do racismo. Crianças e adolescentes estão entre as principais vítimas do fortalecimento das forças conservadoras. Em que pese o País ter conquistado a (ou se aproximado da) universalização do ensino fundamental, os processos educativos escolares nem sempre estão conectados com a defesa dos direitos, da promoção da cidadania, do respeito à subjetividade, do reconhecimento da diversidade. Além disso, os processos midiáticos contribuem – de forma avassaladora – para a

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

construção de estereótipos que acabam por se configurar como negação do processo de construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e, por extensão, aos direitos das crianças e adolescentes. Contrapor-se a esta realidade exige o compromisso com processos educativos – escolares e não-escolares – que tenham como telos a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. Exige também o combate à criminalização daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, entre eles, os dependentes químicos.

Os objetivos extensionistas foram alcançados com êxito no que se refere ao acompanhamento pedagógico dos adolescentes. Meninos e meninas participaram ativamente das propostas de trabalho que lhes foram apresentadas. O desenvolvimento quanto à capacidade de leitura e escrita e também quanto à capacidade de diálogo, quanto à autonomia, ao raciocínio lógico e à autoestima foi perceptível.

A discussão quanto ao direito à escolarização⁸ foi instaurada nos conselhos de políticas públicas e nos órgãos gestores da educação pública no município de Divinópolis. Quanto a esta questão, há que se reconhecer que trata-se de um debate ainda inconcluso. Não foi possível avançar no sentido de garantir a contratação de profissionais da educação para atuarem nas comunidades terapêuticas, o que garantiria a escolarização dos adolescentes independentemente do trabalho extensionistas. Esta avaliação remete à importância da continuidade deste trabalho de extensão.

Por fim, destaca-se a contribuição que o trabalho trouxe para a formação dos alunos e alunas extensionistas, sejam bolsistas ou voluntários.

⁸ Embora tenha sido garantida a matrícula dos adolescentes internados nas escolas públicas do município, há que se reconhecer que este passo, ainda que necessário, não garante o processo de escolarização e menos ainda o processo de ensino-aprendizagem.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

4. Referências

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (lei 8.069/90). Brasília/DF, Conanda, 2000.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONÇALVES, L. A. O.; TOSTA, S. P. (Orgs.). *A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

MARQUES, W. E. Ude. Juventude, violência e masculinidade. *Presença Pedagógica*. v. 13. n. 75. mai/jun. 2007. p. 14-21.

MINAYO, de Souza Cecília (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108p.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. Pensar a constituição da carreira criminosa. *In: GONÇALVES, L. A. O.; TOSTA, S. P. (Orgs.). A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. p. 103-120.

ISBN: 978-85-93416-00-2